

CONCEPÇÕES E CORRENTES SINDICAIS NO BRASIL

Amarildo Carvalho de Souza e Domingos Corcione

A trajetória das concepções e correntes políticas que constituíram e constituem o movimento sindical brasileiro, no campo e na cidade, é reveladora do grau de desenvolvimento da luta de classes, aliás, mais que isso, revela o grau de independência e maturidade política da classe trabalhadora brasileira.

A classe trabalhadora, no campo e na cidade, luta não apenas por melhores salários, mais também, pela superação das desigualdades sociais, econômicas, políticas, raciais, étnicas, de gênero, e de geração. Nesse sentido, as organizações sindicais e os movimentos populares, constituem-se em espaços privilegiados de enfrentamento de interesses, muitas vezes distintos.

Os trabalhadores e trabalhadoras não são um todo homogêneo e monolítico, disposto a lutar de forma unânime pelas mesmas bandeiras. Existem diferentes níveis de consciência de classe, de visões de mundo e de projeto de sociedade. Inclusive, existem segmentos que muitas vezes expressam programas de “conservação, melhoria e desenvolvimento do capitalismo”.

A ENFOC não se propõe a aprofundar todas as concepções e correntes políticas. Foi feita a opção de nos debruçar sobre 04 concepções e correntes, na perspectiva de uma maior compreensão da trajetória e contemporaneidade do sindicalismo no Brasil.

A reflexão e aprofundamento dessas concepções e correntes, parte da identidade política do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, construída ao longo dos seus 43 anos de existência.

Esperamos que estes textos estimulem aos participantes do 1º Curso da ENFOC, a pesquisar, refletir e compreender as ‘idéias’ que promoveu a constituição e consolidação do movimento sindical brasileiro, no campo e na cidade.

AS PRINCIPAIS IDÉIAS DO ANARQUISMO

Anarquismo vem da palavra grega ANARQUIA, que significa “contra o governo, a autoridade e a dominação”.

Quanto à Sociedade e ao Estado, os Anarquistas defendiam as seguintes idéias:

- O capitalismo deve ser derrubado e, como alternativa, deve ser implantado o socialismo.
- O socialismo deve ser democrático, descentralizado, formado por comunidades independentes, coordenadas a partir de centros de produção dos trabalhadores e trabalhadoras organizados em sindicatos.
- É preciso lutar contra o Estado (governo, parlamento, forças armadas, poder judiciário, polícia...), as eleições e a Igreja, pois são um mal e uma fonte de opressão.

Os anarquistas assumiam uma posição antiparlamentarista e antipartidária. Pregavam a revolução proletária, o socialismo sem classes e sem Estado, a auto-gestão e o internacionalismo proletário.

Quanto à concepção e à prática sindical, os anarquistas tinham posições bem definidas. Para eles os sindicatos:

- Devem ser a arma principal de luta para derrubar o capitalismo e implantar o socialismo.
- Deve organizar os trabalhadores e as trabalhadoras, formar sua consciência política.
- Devem ser organizados a partir do local de trabalho e implementar as lutas reivindicatórias, levando-as sempre mais adiante.
- Deve organizar somente os trabalhadores e as trabalhadoras, como classe que se opõe à classe dos patrões.
- Devem ser autônomos e livres, sem nenhuma interferência do Estado, sustentados exclusivamente pelos trabalhadores e trabalhadoras.

- Devem ser formados somente por trabalhadores e trabalhadoras conscientes, dispostos a assumir a liderança na luta pelo socialismo.
- Devem ser organizados em pequenos grupos de fábrica ou por ofício, possibilitando a mais completa democracia, onde todos tenham condições de participar.
- Devem se unir segundo os ramos de produção, em formas federativas ou em confederações: em nível local, estadual e nacional, sempre preservando a autonomia de cada organização e evitando qualquer tipo de centralização que venham a prejudicar a participação direta dos trabalhadores e trabalhadoras em todas as decisões.
- Devem priorizar a ação direta (mobilizações, boicotes, greves), visando organizar a greve geral, que derrubará o sistema capitalista.
- Promover atividades culturais, que possam favorecer a conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os anarquistas eram contrários à liberação de dirigentes sindicais. Não consideravam a aliança com a classe média.

O ANARQUISMO NO MUNDO

O anarquismo se iniciou na metade do século XIX, na França. Por meio de Proudhon¹, Bakunin² - que foram seus primeiros idealizadores - e de outros seguidores, se expandiu para a Rússia e para toda a Europa, particularmente na Itália e

¹ Precursor do anarquismo enfatizava o respeito à pequena propriedade, propondo a criação de cooperativas sem fins lucrativos voltadas para o auto-abastecimento e de bancos que concedessem empréstimos sem juros aos empreendimentos produtivos e crédito gratuito aos trabalhadores. Dizia que o Estado deveria ser destruído, sendo substituído por uma "república de pequenos proprietários" organizada num sistema federativo.

² Outro precursor do anarquismo, afirma que "A liberdade é o direito absoluto de todo homem ou mulher maiores de só procurar na própria consciência e na própria razão as sanções para seus atos, de determiná-los apenas por sua própria vontade e de, em consequência, serem responsáveis primeiramente perante si mesmos, depois, perante a sociedade da qual fazem parte, com a condição de que consintam livremente dela fazerem parte".

na Espanha, até chegar aqui no Brasil no final do século XIX, por meio de imigrantes espanhóis, italianos, portugueses, franceses e belgas.

A DIFUSÃO DO ANARQUISMO NO BRASIL

As idéias anarquistas, apesar de já estarem presentes em alguns segmentos da sociedade brasileira, começaram a ganharem força no Brasil nas últimas décadas do século XIX, quando varias famílias de imigrantes italianos chegaram ao sul do país, mais precisamente no Paraná e posteriormente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas famílias formaram comunidades com ideais libertários e constituíram as primeiras cooperativas, mesmo enfrentando problemas econômicos e repressão.

As teorias e táticas do anarco-sindicalismo foram difundidas por meio de livros, da imprensa, dos panfletos, e das decisões dos congressos operários, seus principais veículos. O anarco-sindicalismo influenciou também o campo, atribuindo um papel político e revolucionário ao cooperativismo rural. Foram muitas as cooperativas e outras organizações de caráter cooperativo criadas pelos anarquistas, tendo como objetivo a ajuda mútua, em estreita relação com a luta e o projeto político revolucionário.

A expansão do anarquismo foi rápida nas grandes cidades brasileiras, nas primeiras décadas do século XX. Suas propostas de supressão do Estado e de todas as formas de repressão encontraram receptividade entre os trabalhadores e trabalhadoras, num contexto em que o jogo político era exclusividade das oligarquias e inexistia qualquer proteção ao trabalho.

AÇÃO DOS ANARQUISTAS NOS SINDICATO

Em 1906 houve o 1º Congresso Operário Brasileiro, com 43 delegados, eleitos por 28 organizações operárias de todo o País. O Congresso fundou a Confederação Operária Brasileira (COB). As propostas vencedoras do Congresso e a linha predominante da COB eram da corrente dos anarquistas:

- A organização dos operários deve ser federativa e não centralizada.
- O sindicalismo deve ser de resistência e não assistencialista.

- O importante é a ação direta da classe operária, sem passar pela intermediação parlamentar: priorizar boicotes, greves e outras formas diretas de luta.
- É preciso combater as visões reformistas dos agentes do Governo e da Igreja Católica.

Como se viu acima, os anarco-sindicalistas entendiam que “a ação direta deveria ser a grande bandeira do sindicalismo revolucionário”. Por isso, cada ação direta - greve, boicote, sabotagem, etc. - era considerada um meio dos trabalhadores e trabalhadoras aprenderem a agir de uma maneira solidária em sua luta por melhores condições de trabalho, contra seu inimigo comum, os capitalistas. Essa conclusão partia da seguinte convicção: cada ação direta é uma batalha na qual o proletário conhece as necessidades da revolução, por meio de sua própria experiência, e se prepara para a ação final, isto é, a greve geral que “destruirá o sistema capitalista”. O anarco-sindicalismo – assim como o anarquismo em geral – considerava que nas ações diretas seria legítimo o uso de um certo tipo e grau de violência.

Essa concepção e as práticas dela decorrentes se constituíam numa das características diferenciais do anarco-sindicalismo em relação a outras correntes e formas de ação do sindicalismo brasileiro. A sabotagem – por exemplo - era vista como especialmente eficaz para o proletariado, no caso em que ele não pudesse entrar em greve. A destruição de equipamentos tocava no ponto fraco do sistema, pois as máquinas são de mais difícil substituição do que os trabalhadores e as trabalhadoras.

Como principais divulgadores do ideário anarquista destacaram-se [José Oiticica](#), [Everardo Dias](#) e [Edgard Leuenroth](#). Os primeiros jornais anarquistas e anarco-sindicalistas tentaram se sustentar apenas com as contribuições dos militantes. Como era ainda um número reduzido e não possuíam muitos recursos econômicos, acabaram sendo poucos os jornais anarquistas que chegaram a publicar mais de cinco números.

A partir de 1908 a COB publicou seu jornal nacional “A VOZ DO TRABALHADOR”. Esse jornal continuou irregularmente até 1920, com o desmantelamento da própria COB.

A greve de 1917 foi comandada pelos anarquistas. A maioria de jornais da época atestou a força e organização dos anarquistas do Brasil. Isso não quer dizer que não havia outros grupos políticos que dividiam com eles a liderança do movimento operário.

Depois da greve, apesar de alguns avanços em termos de legislação social, houve anos difíceis para o movimento operário, que foi obrigado a enfrentar grandes desafios. O principal foi o recrudescimento da repressão por parte do governo.

Em 1921 foi aprovada a Lei de Expulsão dos Estrangeiros, que legitimava a deportação sumária de lideranças envolvidas em “distúrbios da ordem” e o fechamento de organizações operárias. Os principais alvos passaram a ser os anarquistas. A justificativa utilizada para a aprovação dessa lei repressiva era evidente: o movimento operário estava sendo controlado por lideranças estrangeiras radicais, que iludiam trabalhadores e trabalhadoras nacionais!

Desde o início dos anos '30 as principais categorias de trabalhadores e trabalhadoras do Estado de São Paulo estavam organizadas em sindicatos. Havia duas federações estaduais:

- A Federação Operária de São Paulo (FOSP), com o maior número de sindicatos e algumas categorias mais importantes da capital paulista, sob a influência anarco-sindicalista.
- A Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP), dirigida pelos comunistas, (sindicatos de cidades do interior, que não contavam com bases expressivas na capital).

Durante toda a década de 1930 os anarco-sindicalistas foram à única corrente sindical que se manteve irredutível na defesa da organização autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como na oposição ao sindicalismo corporativista.

Contudo, essa posição os levou ao isolamento político e contribuiu – no contexto das crescentes dificuldades relativas à sobrevivência dos sindicatos livres – para sua perda de influência no movimento sindical. Enquanto a força dos anarquistas foi diminuindo, foi crescendo a influência dos comunistas no movimento sindical.

Mais tarde, com a implantação da Estrutura Sindical – que tinha o Estado como seu principal regulador - a corrente anarquista foi perdendo cada vez mais expressão e presença no movimento sindical, que se expandia e se consolidava no Brasil.

ONDE ATUAM HOJE OS ANARQUISTAS?

Apesar da reduzida presença de anarquistas no sindicalismo, suas idéias continuam vivas em vários segmentos da sociedade, inclusive entre trabalhadores e trabalhadoras, organizações sociais e sindicais, no Brasil e no mundo.

Existe uma carência de informações relacionadas com o anarquismo e sua atuação na atualidade, devido à ausência de registros mais precisos.

Desde os anos '80 foi identificado em muitas atividades de massa o movimento anarco-punk, que continua sendo ativo até hoje.

Os anarquistas podem ser vistos também:

- Em manifestações realizadas para expressar insatisfações e protestos contra reuniões e encaminhamentos promovidos pelo grupo de países mais ricos (G 08), pela OMC e pelo BID.
- Em organizações sociais – de ambientalistas, de mulheres, jovens...

Nesses grupos ou reuniões podem até aparecer divergências - entre os próprios anarquistas ou entre eles e as demais correntes, quanto às estratégias de luta e à maneira de atuar - mas eles têm um ponto em comum: a luta contra qualquer sistema opressor.

TRAJETORIA DO SINDICALISMO “AMARELO” OU “PELEGO”.

O sindicalismo “amarelo” ou “peleguismo” é um fenômeno antigo no sindicalismo brasileiro, refletindo a forte influência de patrões e do Estado no movimento operário. É constituído por uma enorme massa de dirigentes burocratizados, para os quais o sindicato tem apenas um papel assistencialista e de intermediário legal nas relações entre o capital e o trabalho. Esse é o aspecto político e social mais profundo da questão: o “pelego” é o agente dos patrões e do Estado no movimento sindical.

Já em 1908 o jornal anarquista “A VOZ DO TRABALHADOR” órgão da Confederação Operaria Brasileira – COB definiu-os como “operários que bajulam os potentados, em prejuízo da autonomia da classe”. Em que pese a forte presença dos anarquistas e, posteriormente dos comunistas e socialistas nas direções dos sindicatos, os amarelos ou pelegos representavam à maioria dos dirigentes na época. Os grupos revolucionários os chamavam pejorativamente de "amarelos".

Particularmente no Rio de Janeiro era bastante influente essa corrente política moderada, não revolucionária, interessada em obter conquistas específicas como diminuição da jornada de trabalho e aumentos salariais. Esses grupos preocupavam-se ainda em garantir o reconhecimento dos sindicatos por parte do Estado.

O presidente Hermes da Fonseca, em 1912, desenvolveu a primeira ação concreta para uma intervenção governamental nas decisões das organizações de trabalhadores, pois organizou um congresso com representações sindicais, mais que teve grandes conseqüências.

Em 1921 o Estado fundou o Conselho Nacional do Trabalho, visando controlar os sindicatos e torná-los órgãos de conciliação entre as classes. Foi criada também a Confederação Sindicalista Corporativista Brasileira, de tendência reformista. Os Sindicatos “amarelos” passaram a ser ainda mais favorecidos pelas vantagens concedidas pelo Estado. Principalmente os setores cujas atividades eram indispensáveis para a exportação do café, como ferroviários e portuários, tinham prontamente atendidas suas reivindicações, uma vez que sua paralisação estrangulava a economia. Já as categorias vinculadas à indústria, dado seu caráter secundário na economia agro-exportadora, eram tratadas de forma exclusivamente repressiva. Lembre-se aqui a afirmativa do Presidente Washington Luís de que “a questão social era simples caso de polícia”.

Mas foi durante a década de 30 que os pelegos conseguiram as condições mais favoráveis para se eternizarem nas direções sindicais. “Pelego”, deixou de significar a manta colocada entre o cavalo e a sela para amortecer os solavancos e passou a ser sinônimo de sindicalista acomodado e comprometido com os patrões e o governo.

À medida que o Ministério do Trabalho intervinha nos Sindicatos, Federações e Confederações e destituía suas direções, os pelegos eram indicados para dirigi-las a partir das orientações governamentais. A criação do Imposto Sindical era o que faltava para garantir a imensa estrutura – com médicos, dentistas, escolas, dentre outras – criada naqueles sindicatos em que o pelego era sua representação maior.

O chamado Estado Novo, dentre outras coisas, consolidou a seguinte concepção, “o sindicalismo brasileiro deve ser corporativo, isto é, um sindicalismo que concilie patrões e operários e não um sindicalismo revolucionário, baseado na luta entre classes inimigas, como historicamente foi feito nas décadas anteriores”.

Já nos primeiros anos da década de 1940 o Estado Novo mostrava seus primeiros sinais de debilidade; conseqüentemente, o sindicalismo amarelo passou a ficar na defensiva. Com a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Tribunal de Segurança Nacional – organismos de repressão ideológica e política,

existentes durante o Estado Novo –, esse segmento conservador encontrou ainda mais dificuldades.

Uma O avanço das lutas operárias foi freado com o golpe e o governo do Marechal Dutra. Dentre outras medidas, Dutra proibiu a existência do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), colocou na ilegalidade o partido comunista, decretou a intervenção e suspensão das eleições sindicais. Tudo isso facilitou que os pelegos retornassem às direções dos sindicatos mais importantes do país.

A retomada das lutas políticas e sindicais no início dos anos 1960 recolocaram os pelegos na defensiva. A fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), por exemplo, objetivava - dentre outras coisas - combater o 'peleguismo' das Confederações Nacionais, especialmente da CNTI, dominada há décadas pelo pelego Ari Campista. Durante este período, os pelegos receberam apoio financeiro da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres – CIOSL, da Organização Regional Interamericana do Trabalho – ORIT, dentre outros organismos sindicais internacionais ligados ao governo norte-americano.

Além de receberem todos esses apoios financeiros, muitos dirigentes pelegos tornaram-se interventores do Ministério do Trabalho durante o governo militar, a exemplo da CONTAG, que em 1964 teve sua presidência ocupada por um deles. O assistencialismo foi mantido e, fortalecido na grande maioria das entidades sindicais; os pelegos voltaram a ter hegemonia e domínio sobre os destinos do sindicalismo brasileiro.

Apesar dessa hegemonia, durante o congresso promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, em julho de 1978, um grupo de sindicalistas que se autodenominavam 'autênticos', denunciaram a direção pelega da CNTI e apresentaram uma "Carta de Princípios", que se tornou a principal referência para a retomada das entidades sindicais operárias.

As transformações mais recentes ocorridas nos anos 1980 - anistia aos exilados políticos; fim do bipartidarismo; eleições diretas; assembléia constituinte -

estimulou o sindicalismo pelego a um processo de auto-reforma, uma modernização conservadora. Esse sindicalismo foi modificando sua forma de ser, para permanecer como órgão de controle sindical e político, procurando coibir as ações autônomas e independentes dos trabalhadores e trabalhadoras.

O SINDICALISMO DE RESULTADOS E FORÇA SINDICAL

O sindicalismo de resultado nasceu, inicialmente, da confluência de duas atuações sindicais que vivenciaram trajetórias distintas e que, num dado momento, na segunda metade da década de 1980, abraçou o mesmo projeto.

Referimo-nos à confluência da atuação de amarelos ou pelegos com a ação de líderes sindicais pragmáticos. Assim formou-se, no Brasil, uma nova direita no movimento sindical, distinta do velho 'peleguismo' e perfeitamente inserida na onda neoliberal, que penetrou também no movimento sindical em nosso país.

Alguns dos pontos centrais do seu ideário são:

- Reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado.
- Restringir a luta sindical à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolar este âmbito da luta.
- Atribuir o papel da ação política exclusivamente aos partidos, que devem estar totalmente desvinculados da ação sindical.
- Diminuir o papel do Estado, reduzindo apenas sua ação a uma linha política privatizante.

Estes pontos básicos - aliados a uma estratégia que recusa o confronto e procura extrair resultados imediatos nas ações sindicais, calculadas para que não extrapolem o âmbito da negociação - conformaram uma feição neoliberal e burguesa no seio do movimento sindical brasileiro. Por isso, dizíamos, é algo muito distinto do peleguismo (sempre atrelado ao Estado e dele porta-voz) e conforma o que

caracterizamos como sendo a nova direita no movimento sindical. Este é o âmbito e o campo ideológico onde o sindicalismo de resultados opera e atua.

Conforme disse Luís Antônio Medeiros, em entrevista à Folha de S. Paulo (20/08/87): “Eu acho que o capitalismo venceu no Brasil... Eu quero a divisão das riquezas e a minha briga não é pela mudança do regime”. E quanto ao papel dos sindicatos: “O sindicato é um fator de mercado e deve, portanto, valorizar o preço de mão-de-obra”. “Estamos procurando caminhos novos. Eu diria que todo sindicato que se preze faz parte da reprodução capitalista. Pois, qual é o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível. Se crio o mercado interno estou fortalecendo o nosso capitalismo”.

A Força Sindical, contando com o apoio de cerca de 300 sindicatos, duas confederações e vinte federações – fundada no início de 1991 - caminha no sentido de consolidar o sindicalismo de resultado: um sindicalismo que projete “que todos (os trabalhadores) necessitam, e exigem uma central sindical que não seja ‘revolucionarista’”.

Foi a Força Sindical que introduziu a prática recorrente de um 1º de maio como um circo para os trabalhadores e trabalhadoras. É a política de pão e circo. Para atrair um grande público, a Central organiza grandes manifestações, chama artistas da indústria cultural. Que fazem sucesso freqüentemente pela música de baixíssima qualidade e doam apartamentos, carros, eletrodomésticos”³.

ALGUNS REFERENCIAIS TEÓRICOS DO COMUNISMO

Com base no assim chamado “socialismo científico” no final do século XIX, tendo a frete Karl Marx e Friedrich Engels, os sindicatos passaram a ser vistos como instrumentos que devem contribuir para a luta revolucionária do proletariado pela

³ Ricardo Antunes é professor livre docente em sociologia do trabalho na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), in Jornal dos Trabalhadores Rurais SEM TERRA Ano XXIV – numero 252 – maio de 2006.

tomada do poder político. Essa doutrina passou a se diferenciar tanto dos reformistas, que pregam mudanças graduais no capitalismo, como das anarquistas, que negam a luta política pelo poder.

Para Marx, **“os sindicatos são indispensáveis para a guerra de guerrilha cotidiana entre o capital e o trabalho”**. Seu objetivo imediato **“concretiza-se nas exigências do dia-a-dia, nos meios de resistência contra os incessantes ataques do capital”**. Mas a concepção Marxista vai além. Aponta outros objetivos da atividade sindical, não se limitando a uma visão economicista. Os teóricos do comunismo vêem os sindicatos, sobretudo, como centros organizadores do proletariado, que devem ser “escolas do socialismo”. Marx diz:

“O capital é o poder social concentrado, enquanto o operário só dispõe da sua força de trabalho. O contrato entre capital e trabalho não pode, portanto, repousar nunca em justas condições... Do lado do operário sua única força é o número. Mas a força do número se quebra pela desunião. A divisão dos operários é produto e resultado, da inevitável concorrência entre eles próprios. Dos sindicatos nascem precisamente os impulsos espontâneos dos operários para eliminar, ou pelo menos reduzir essa concorrência, a fim de conseguir melhores condições que os coloquem ao menos em situação superior à de simples escravos”.

Partindo desse princípio norteador, o marxismo condena o economicismo, as correntes que encaram os sindicatos nos estreitos marcos corporativos. Para essa concepção, a luta puramente econômica não conduz a nada, já que o capitalismo tem capacidade para assimilar as pequenas melhorias salariais - garantindo sua taxa de mais-valia. Isso não significa que o marxismo negue a luta econômica. Muito pelo contrário. Mostra apenas suas limitações e prega a transformação da luta econômica em luta política pela tomada do poder.

Acompanhando a evolução do sindicalismo, principalmente o da Inglaterra, Marx vai perceber a miopia economicista e apontará qual deve ser a tarefa maior dos sindicatos no capitalismo. “Os sindicatos trabalham bem como centros de resistência

contra os ataques do capital. Mas demonstram ser partes ineficazes em virtude do mal compreendido uso de sua força. Em geral, erram o caminho porque se limitam a uma guerra de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a sua transformação, usando a força organizada como alavanca para a libertação definitiva da classe operária”.

Entretanto, o marxismo não adota a mesma visão dos anarquistas nessa questão. Ele aponta que a greve não deve ser vista como a única arma de luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Para o marxismo, a greve deve ter como principal objetivo organizar os trabalhadores, acumular forças, preparando para as novas batalhas. Relaciona sempre as lutas parciais com seu objetivo final, que é a tomada do poder pelo proletariado. Por isso, uma greve por interesses imediatos, que coloquem em risco a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, deve ser rejeitada.

Outra característica da corrente marxista é a defesa da unidade dos trabalhadores, o marxismo condena as tentativas de dividir as organizações sindicais por motivos político-partidários ou religiosos. Exatamente por isso, o marxismo vai fazer esforços no sentido da unidade dos trabalhadores. Para Lênin, “Não atuar no seio dos sindicatos reacionários significa abandonar as massas operárias insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência de líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas ou operários aburguesados”.

Exatamente por enfatizar que o primeiro objetivo do proletariado é a conquista do poder político, a concepção marxista ressalta a supremacia do partido político sobre o sindicato. Para ela, o partido revolucionário é um estágio superior de organização. Quando fala em supremacia do partido, o marxismo não nega a importância da luta sindical, mas destaca que há diferenças entre essas duas formas de organização e que elas devem ser preservadas. Contudo, essas premissas não eliminam o risco de uma submissão do sindicato ao partido. Talvez seja também por isso que os comunistas tenham sido muitas vezes acusados de fazerem do sindicato uma mera “correia de transmissão do partido”.

PARTICIPAÇÃO DOS COMUNISTAS BRASILEIROS NO MOVIMENTO SINDICAL

No Brasil, o comunismo surgiu a partir da desagregação do anarquismo – e não da crise da social democracia, como em outros países – e a história dos primeiros anos desse movimento é a crônica de seu esforço para derrotar a influencia anarquista e indicar novos rumos à luta operaria e sindical.

A partir de 1922, embalados pela criação do primeiro Estado socialista na Rússia, militantes brasileiros fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCB), que se de um lado não se apresentava como uma alternativa imediata de poder causou apreensão do Estado oligárquico. Entre os fundadores estavam ex-lideranças anarquistas como Astrojildo Pereira e Otávio Brandão.

Ao contrário dos anarquistas, que viam o Estado como um mal em si, os comunistas o viam como um espaço a ser ocupado e transformado. Essas concepções os levaram, seja na ilegalidade, seja nos breves momentos de vida legal, a buscarem aliados e a participar da vida parlamentar do país.

Entre a fundação do Partido Comunista e seu II Congresso em 1925, a principal palavra de ordem dos comunistas foi “ir às massas”. Nesse sentido, muitos esforços foram feitos para fortalecer o movimento sindical, levando-os a se chocarem com os anarquistas e com a repressão policial. As décadas de 20 e 30 do século passado foi um período de grandes desafios para o movimento sindical brasileiro, marcado pela forte repressão ao movimento sindical independente e pela regulamentação e controle das relações de trabalho e da organização sindical pelo Estado Getulista.

Em 1929 é criada a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros – CGTB (funcionando até 1936) sob controle dos comunistas que passam a exercer a hegemonia sobre o movimento sindical brasileiro. Os comunistas defenderam desde o início a unidade sindical; em conseqüência, surgiram as duas características marcantes

da atuação comunista: o trabalho em sindicatos reacionários e pelegos e a politização da luta operária (contra o imperialismo e contra o latifúndio).

Os primeiros anos da década de 1930, foram de luta entre os sindicatos livres e o governo. As entidades operárias independentes não aceitavam os decretos sobre sindicalização. Contudo, crescia progressivamente o número de entidades organizadas conforme a legislação e, dirigida por sindicalistas ligados ao Ministério do Trabalho ou que aceitavam sua tutela.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1934, a influência sindical dos comunistas cresceu, “o PCB organizou o Congresso de Unidade Sindical, com representantes de 300 sindicatos de todo o país”. No ano seguinte, “o PCB organizou a Confederação Sindical Unitária do Brasil, num congresso com 400 delegados de 11 estados”, além de junto com outros segmentos da sociedade, constituir a Aliança Nacional Libertadora, “frente única revolucionária anti-imperialista e anti-feudal, que lutava por um governo popular e que chegou a congregar em suas fileiras amplas massas populares do país inteiro, e os mais variados atores sociais, desde o proletariado até a burguesia nacional”, perseguida pelo Governo Vargas.

Em 1937, Getúlio Vargas rasgou – por meio de um golpe - a Constituição e dá origem ao Estado Novo. O Partido Comunista foi praticamente dispersado, os sindicalistas comunistas foram perseguidos e afastados das direções de inúmeras entidades.

Quando o Estado Novo entrou em crise, o Partido Comunista começou a se reorganizar em entidades sindicais. Uma de suas primeiras iniciativas foi à rearticulação do movimento sindical independente, em 30 de abril de 1945, funda o Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT, apoiado por 300 dirigentes sindicais de 13 estados. Seu manifesto pedia “a mais ampla liberdade sindical; a soberania das assembleias sindicais, sem a presença obrigatória do Ministério do Trabalho; eleição e posse dos dirigentes sindicais independente da aprovação pelo governo; autonomia administrativa para os sindicatos, etc.”.

Naquela conjuntura os sindicalistas comunistas orientados pelo partido, defendiam claramente a conciliação de classes: “por intermédio das organizações sindicais a classe operaria pode ajudar o governo e os patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficazes para os graves problemas econômicos de hoje”, defendia Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista. Essa orientação de fundo oportunista estava baseada na idéia de que, “com a derrota do nazismo, surgia uma nova época, de desenvolvimento pacífico, que prescindiria da revolução.”.

Com o governo do Marechal Dutra, foi desencadeado outra ofensiva conservadora contra a classe trabalhadora: intervenção em mais de 400 importantes sindicatos, fechamento do Partido Comunista e da CGTB; perseguição a todos os sindicalistas independentes. Com a eleição de Vargas em 1950, os direitos individuais e coletivos retornam a normalidade, principalmente com a extinção do ‘atestado ideológico’.

Durante o governo Vargas e, após o suicídio do presidente em agosto de 1954, o partido coordenou uma ampla articulação de setores nacionalistas para a formação de uma frente democrática, dando início à aliança do Partido Comunista com o Partido Trabalhista Brasileiro, que congregava sindicalistas getulistas. Um novo período de colaboração de classes se esboçava, “ajudando a colocar o movimento sindical em função dos interesses de determinados setores burgueses. Tal tendência refletiu-se logo no refluxo da luta pela autonomia sindical e pela destruição da estrutura sindical corporativista. O movimento sindical passou a acomodar-se”.

A hegemonia desses setores dentro do partido e dentre os sindicalistas comunistas crescia ano a ano. A reação de militantes comunistas vem a ocorrer com mais força em 1962, numa Conferência Nacional Extraordinária, quando foi reorganizado o Partido Comunista do Brasil, adotando a legenda PC do B. No mesmo ano, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, uma central que colocou em pânico as elites com a perspectiva daquilo que eles chamavam de “República Sindicalista”.

A orientação cupulista para o sindicalismo continuava com forte influencia em importantes estruturas sindicais, a exemplo das Confederações: dos trabalhadores na indústria – CNTI; dos trabalhadores no comercio – CNTC; dos trabalhadores em transporte marítimos, fluviais e aéreos – CNTTMFA; dos trabalhadores em empresas de credito – CONTEC; e suas Federações Estaduais. Contudo, esta aparente força não se materializa em reação dos trabalhadores e das suas organizações, ao golpe militar que depôs João Goulart.

A nova conjuntura forçou o movimento sindical combativo a recuar. As tentativas mais importantes de contrapor-se à perseguição policial e ao arrocho salarial revelaram as limitações existentes e os dilemas em que o movimento operário se debatia, a exemplo das greves de Contagem – MG e de Osasco – SP em finais da década de 1960.

Essa época de recuo durou até 1977, quando o país voltou a mover-se, exigindo o fim da ditadura, anistia aos políticos perseguidos, o fim da alta do custo de vida, etc. Em 1978, ocorre a primeira grande greve operaria no ABC. A partir de 1988, os dirigentes sindicais comunistas ligados ao PC do B, passaram a se organizar na Corrente Sindical Classista.

ALGUNS REFERENCIAIS DO SINDICALISMO CRISTÃO

A partir da encíclica Rerum Novarum (Das coisas novas), publicada pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891, a Igreja Católica adota oficialmente uma doutrina para a sua atuação no movimento social, principalmente no sindicalismo. Até esta data, essa instituição ainda preservava suas tradições elitistas e aristocráticas, próprias de período feudal.

Durante o feudalismo, a Igreja possuía grande poder. Ela era a maior propriedade feudal da Europa, controlando cerca de 1/3 das terras agricultáveis. Exercia com exclusividade o poder religioso, sendo o poder espiritual do sistema em vigor. E era também o poder político. Os feudos, dispersos e constituindo-se como mini-Estados, dependiam da instituição religiosa para manter o controle político. A Igreja exercia esse poder, via seus tabus ideológicos, para preservar a “pureza da alma humana” e através da repressão - tão marcante no período da Inquisição.

A igreja resistiu violentamente ao fim do feudalismo. Segundo o sermão mais conhecido na Europa no século XVI, “Deus fez clérigos, mas os demônios fizeram a burguesia”. O capitalismo, entretanto vigora, a Igreja perde poder, tanto econômico, como político. Posteriormente, entretanto, a própria burguesia dá espaço para a refundação da Igreja. Depende dela também para controlar o jovem proletariado. A Igreja se adapta ao novo sistema social, apesar de num primeiro momento manter suas tradições aristocráticas.

Esse conservadorismo não corresponde à mentalidade emanada do novo sistema. As relações capitalistas de produção enfraquecem os preconceitos religiosos. O proletariado, diferente do servo camponês, é um homem “livre”. Surgem os primeiros conflitos de classe, o luddismo, as greves, e também as novas formas de organização dos explorados - os sindicatos e as cooperativas. Parcelas da jovem classe operária se aproximam das idéias anarquistas e marxistas. A Igreja perde base social. A

religiosidade popular não garante mais a sustentação da instituição católica. Daí o surgimento da Rerum Novarum, que é um marco na viagem da Igreja católica com vista aos movimentos sociais.

De acordo com essa encíclica papal, existe no capitalismo “uma desigualdade natural, necessária e conveniente para o homem. Os exageros de injustiças devem ser reformados, procurando encontrar-se função social” do capital, para torná-lo um sistema “justo e equitativo”. Entre capital e trabalho não deve haver antagonismos, luta de classes obedecendo-se os princípios da “caridade cristã”. A Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, central sindical fundada no Congresso de Haia, em 1920, chega a afirmar que “a vida econômica e social implica a colaboração de todos os filhos de um mesmo povo.” Rejeita, portanto, a violência e a luta de classes.

A Rerum Novarum vai criticar tanto o socialismo como o liberalismo. O papa qualifica o pensamento socialista como falso, porque prega a supressão da propriedade privada - “que é um direito natural dos homens”. Além disso, Leão XIII considera as idéias socialistas subversivas, “porque gera ódios e extingue nos homens o estímulo ao trabalho”. Para a Rerum Novarum, “o capital e o trabalho devem viver em colaboração um com outro, obedecendo aos princípios da caridade cristã”. Ela confia a sorte dos trabalhadores à ação do Estado, que deve estabelecer leis para proteção e promoção do ser humano. A encíclica propunha a criação dos sindicatos aos moldes das antigas corporações de artesãos e também estimulava a formação de associações mutualistas.

Com base nessa doutrina, os militantes católicos atuaram no sindicalismo com uma concepção reformista, de conciliação de classes. Eles rejeitaram energeticamente as greves e outras formas de confronto. Defenderam o papel assistencialista dos sindicatos. Para realizar as reformas graduais no capitalismo, afirmam que o terreno propício é a própria Igreja - já que ela reúne patrões e empregados, “filhos de um mesmo Deus”. O fundamental é a paz social, a harmonia entre as classes, tendo como mediadora a Igreja - que dessa forma tenta readquirir o seu poder político.

Outra característica fundamental do sindicalismo cristão é o anticomunismo. Muitos historiadores, inclusive católicos, afirmam que a Igreja só passou a se preocupar com o movimento sindical como forma de se contrapor ao aumento da influência das idéias revolucionárias. “Ela nasceu, sobretudo para enfrentar o avanço do socialismo, particularmente a revolução social do marxismo”, explica José Cândido Filho, autor do livro “O movimento operário: o sindicato e o partido”.

Miguel Gonzáles Núñez acredita que uma das causas do fraco desenvolvimento da corrente cristã é que ela não atuará nos sindicatos como organismos de luta por conquistas materiais, mas para “proteger os trabalhadores católicos contra os perigos socialistas”. Outra razão, segundo o autor, é que “o sindicalismo cristão aparece tardiamente (43 anos depois do Manifesto Comunista de Marx e Engels), quando as massas proletárias, desiludidas também no plano espiritual (desconfiança da irmandade capitalismo-poder-igreja), haviam abandonado as Igrejas, católicas ou protestantes, ou melhor, tinham sido abandonadas por estas”. Os estatutos dos Círculos Operários Católicos no Brasil são bem elucidativos. Um dos primeiros itens de seu objetivo era o “combate ao comunismo”.

A Igreja advoga a separação dos católicos dos que professam confissões e idéias diferentes, seu temor era o contágio dos fiéis com as novas idéias. Essa tese, que leva à fragmentação da organização sindical, foi levada à prática em vários países, principalmente na Europa.

SINDICALISMO CRISTÃO NO BRASIL

Desde o início da atuação organizada dos católicos no sindicalismo brasileiro, tendo a frente o cardeal Sebastião Leme, a Igreja organizou os círculos operários, que atuavam por fora dos sindicatos existentes. Na Constituinte de 1934, os deputados vinculados à Igreja defenderam, juntamente com a reação, a implantação do pluralismo sindical - que inclusive é aprovado.

Em pleno Estado Novo, a hierarquia católica apresenta ao ditador Getúlio Vargas a proposta de transformar os aproximadamente 400 círculos operários católicos existentes em sindicatos paralelos. E na Constituinte de 1945, mais uma vez, os deputados eleitos com o apoio do LEC (Liga Eleitoral Católica), defendem, juntamente com os parlamentares da UDN, a implantação do pluralismo sindical.

Os Círculos Operários, Escolas de Líderes Operários e Movimento de Orientação Sindical, foram responsáveis pela formação de inúmeras lideranças sindicais em todo o país. Estas lideranças estiveram ao lado dos conspiradores do golpe militar de 64. Vários materiais foram publicados nesse sentido, dentre eles, um livreto muito difundido “Como combater os comunistas nos sindicatos”, da Federação dos Círculos Operários de São Paulo, escrito por Frei Celso em 1964.

As mudanças que a Igreja vivia a nível internacional tiveram influencia decisiva nesse quadro. O Concilio Vaticano II já havia apontado o caminho da realização do reino de Deus neste mundo neste mundo, uma direção que seria seguida por enorme parcela do clero brasileiro que, por sua vez, influiria de forma também decisiva na modernização do clero latino-americano e na formulação da Teologia da Libertação.

A Igreja do Nordeste foi pioneira nas criticas radicais contra o regime. Em 1966, com o apoio da Regional Nordeste II da CNBB, o manifesto “Nordeste, desenvolvimento sem justiça”, uma forte denúncia do regime e da situação da classe trabalhadora. O documento foi confiscado pela policia e os bispos foram proibidos de publicá-lo. D. Helder Câmara, bispo de Recife, foi acusado de comunista e ameaçado de prisão.

As profundas mudanças promovidas pelo CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) em Medellín, em 1968 (confirmadas em Puebla, em 1979), que recomendavam a opção preferencial pelos pobres, fundamentavam a atuação dos progressistas da Igreja brasileira. Um dos resultados mais visíveis das mudanças promovidas em Medellín foram as comunidades eclesiais de base – CEBs, que proliferaram nas grandes e medias cidades brasileiras a partir de finais da década de

1960, como importantes instrumentos de organização e mobilização. Calcula-se que no auge do movimento, no final da década de 1970, seu número chegou a atingir entre 50 a 100 mil CEBs, em todo o país, envolvendo mais de 2 milhões de filiados.

Quando o movimento operário brasileiro atingiu novo patamar, na onda de greves iniciada em 1978 os militantes católicos tiveram papel destacado na reorganização do movimento sindical, no afastamento das diretorias pelegas dos sindicatos e, principalmente, na articulação do Partido dos Trabalhadores. O assassinato de Santo Dias da Silva, no ano seguinte, levou a uma maior intensificação das manifestações, ele que era dirigente da Pastoral Operária e muito próximo de D. Paulo Evaristo Arns, tornou-se um dos mártires da luta operária.

A aproximação entre militantes da oposição sindical, de movimentos de base, e lideranças católicas, acelerou-se com as greves. Um importante encontro de líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de comunidades eclesiais de base, oposições sindicais, e ativistas ligados às novas diretorias sindicais “autênticas” ocorreu em João Monlevade, Minas Gerais, em fevereiro de 1980, onde foram estabelecidos “alguns princípios básicos ligados à luta pela democratização da estrutura sindical”.

Em junho de 1982, essas forças políticas formaram a ANAMPOS (oficialmente, IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), em Goiânia. Em 1983, esse movimento culminou na fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, com o apoio da imensa maioria dos militantes católicos e, militantes de outras concepções e correntes políticas.

QUADRO-SÍNTESE		
POSIÇÕES	MEIOS PROPOSTOS	OBJETIVOS
1. CRISTÃOS (católicos)	<ul style="list-style-type: none"> • Sem violência. • Colaboração entre as classes. • Luta contra as injustiças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a função social do capitalismo, em vista de uma sociedade fraterna e justa. • Evitar o agravamento dos conflitos sociais.
2. AMARELOS	<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração de classes. • Sindicatos e organizações comuns (entre patrões e operários). • Sindicatos assistencialistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade do capitalismo. • Negação da existência da luta de classes. • Sociedade harmoniosa.
3. COMUNISTAS	<ul style="list-style-type: none"> • O Partido é o principal instrumento de luta. • Combinação de ação legal e clandestina. • Participação parlamentar. • Greve. • Insurreição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destruição do capitalismo. • Revolução proletária. • Ditadura do Proletariado. • Socialismo e Comunismo. • Internacionalismo proletário.
4. ANARQUISTAS	<ul style="list-style-type: none"> • O Sindicato é o principal instrumento de luta. • Ação direta contra o Estado e os patrões. • Antiparlamentarismo. • Antipartidarismo. • Estrutura Sindical federativa. • Greve geral insurrecional. • Contra a liberação de dirigentes sindicais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destruição do capitalismo, • Revolução proletária. • Sociedade sem classes, sem Estado. • Auto-gestão. • Internacionalismo proletário.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo L.C. - O que é Sindicalismo, Coleção Primeiros Passos - Abril Cultural. 1985.
- RUI, José Carlos – A presença dos anarquistas nos sindicatos, Revista Debate Sindical, nº. 02 – junho/julho/agosto – 1986.
- CEPS, Apostila de Concepção, Estrutura e Política Sindical, Secretaria Nacional de Formação da CUT, 1987.
- RUI, José Carlos – Pelegos, Revista Debate Sindical, nº. 03 – junho/julho/agosto – 1987.
- RUI, José Carlos – Comunistas I, Revista Debate Sindical, nº. 06 – out/nov/dez – 1989.
- RUI, José Carlos – Comunistas II, Revista Debate Sindical, nº. 07 – março – 1990.
- RUI, José Carlos – Sindicalismo Cristão II, Revista Debate Sindical, nº 11 – fevereiro/março/abril – 1992.
- ANTUNES, Ricardo L.C. - Novo Sindicalismo, Editora Brasil Urgente - 1991.
- GIANNOTTI Antônio e NETO Sebastião - CUT Ontem e Hoje, Editora Vozes - 1991.
- ANTUNES, Ricardo L.C. – Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, Ano XXIV – numero 252 – maio de 2006.